

Brasmotor S.A.

CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20 – NIRE 35.300.026.667 – Companhia Aberta
Av. das Nações Unidas nº 12.995 – 32º andar – São Paulo-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, da Brasmotor S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)			2016	2015
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	949	2.225	18	18
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.608	1.266	39	–
Dividendos a receber (Nota 4)	34.614	–	901	901
Outros ativos (Nota 6)	157	435	33.464	432
Total do ativo circulante	37.328	3.926	151	15
Não circulante				
Impostos a recuperar (Nota 8)	11.502	11.502	23.227	11.617
Depósitos para recursos e outros (Nota 9)	22.254	20.560	–	241
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	2.974	–	23.227	11.858
Partes relacionadas (Nota 5)	20.541	18.444	–	–
Outros ativos (Nota 6)	2.072	2.072	577.400	577.400
Investimentos (Nota 4)	1.017.836	997.815	468.232	368.963
Total do ativo não circulante	1.077.836	1.050.393	11.732	94.732
Total do ativo	1.115.164	1.054.319	1.115.164	1.054.319
Passivo				
Circulante				
Impostos, taxas e contribuições a pagar	–	–	18	18
Imposto de renda e contribuição social	–	–	39	–
Partes relacionadas (Nota 5)	–	–	901	901
Dividendos a pagar (Nota 10)	–	–	33.464	432
Outros passivos	–	–	151	15
Total do passivo circulante	–	–	34.573	1.366
Não circulante				
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 9)	–	–	23.227	11.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	–	–	–	241
Total do passivo não circulante	–	–	23.227	11.858
Patrimônio líquido (Nota 10)				
Capital social	–	–	577.400	577.400
Reserva de lucros	–	–	468.232	368.963
Outros resultados abrangentes	–	–	11.732	94.732
Total do patrimônio líquido	–	–	1.057.364	1.041.095
Total do passivo e patrimônio líquido	–	–	1.115.164	1.054.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais)			2016	2015
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 4)	–	–	138.833	127.869
(Despesas) receitas operacionais	–	–	–	–
Despesas administrativas	–	–	(884)	(266)
Outras despesas operacionais, líquidas	–	–	(11.889)	(6.277)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	126.060	121.326	14.446	11.456
Receitas financeiras (Nota 11)	–	–	(1.029)	(1.986)
Despesas financeiras	–	–	129.477	130.796
Lucro antes dos impostos	(93.348)	(93.348)	(93.348)	(93.348)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 7)	–	–	(530)	(321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	–	–	3.215	(1.115)
Lucro líquido do exercício	132.362	129.681	132.362	129.681
Número de ações no final do exercício	–	–	286.444,410	286.444,410
Lucro líquido básico e diluído por ação	–	–	0,46	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais)			2016	2015
Lucro líquido do exercício	132.362	129.681	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas	11.348	(2.097)	–	–
Ajuste de conversão reflexo em coligadas	(94.348)	97.327	–	–
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de imposto de renda e da contribuição social	(83.000)	95.230	(83.000)	95.230
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de imposto de renda e contribuição social	49.362	224.911	49.362	224.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)			2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais	129.477	130.796	–	–
Lucro líquido antes dos impostos sobre o lucro	–	–	–	–
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	–	–	–	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.610	7.012	–	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(1.694)	(2.861)	–	–
Equivalência patrimonial	(138.833)	(127.869)	–	–
Total de resultados operacionais	560	7.078	560	7.078
Variações nos ativos e passivos	(342)	(2.119)	(342)	(2.119)
Impostos a recuperar	278	(4.809)	–	–
Outros ativos	18	18	–	–
Impostos e contribuições	–	–	–	–
Dividendos recebidos	541	87.289	–	–
Dividendos pagos	(61)	(86.601)	–	–
Outros passivos	136	(13)	–	–
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.112	843	1.112	843
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(291)	(46)	–	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	821	797	821	797
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:	(2.097)	1.103	(2.097)	1.103
Mutua entre partes relacionadas	–	–	–	–
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	(2.097)	1.103	(2.097)	1.103
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.276)	1.900	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.225	325	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	949	2.225	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. Outros ativos			2016	2015
Adiantamentos (i)	2.072	2.072	–	–
Outras contas a receber	457	425	–	–
Total	2.229	2.507	157	435
Ativo Circulante	157	435	2.072	2.072
Ativo Não Circulante	2.072	2.072	–	–

(i) Refer-se à conta de holdback sobre operação de venda de investimento, realizada em novembro de 2005.
7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	2016	2015
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Prejuízos fiscais	968	–
Prejuízos tributários não dedutíveis	583	(813)
Total	1.551	(813)
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Bases negativas	1.214	(681)
Provisões temporariamente não dedutíveis	209	1.253
Total	1.423	572
Total	2.974	(241)

Imposto de renda e contribuição social diferidos
A realização de crédito tributário se dará por meio de geração de lucros tributáveis futuros que ocorrerão quando do recebimento de juros sobre capital próprio da coligada Whirlpool S.A., oriundos de distribuição mínima obrigatória de lucros de exercícios futuros. Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	2016	2015
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(236)	–
Imposto de renda diferido	2.364	(820)
Imposto de renda	2.128	(820)
Variação na:		
Contribuição social corrente	(94)	–
Contribuição social diferida	851	(295)
Contribuição social	757	(295)

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício da Companhia é como segue:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	129.477	129.477	130.796	130.796
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(138.833)	(138.833)	(127.869)	(127.869)
Outras	844	945	353	353
Base de cálculo	(8.512)	(8.411)	3.260	3.260
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Sub total	2.128	757	(820)	(295)

8. Impostos a recuperar

	2016	2015
IRPJ antecipado	–	321
Contribuição social antecipada	–	84
PIS a compensar	11.502	11.502
IRRF a compensar	1.608	861
Total	13.110	12.768
Ativo circulante	1.608	1.266
Ativo não circulante	11.502	11.502

A realização dos impostos a recuperar se dará através de pedidos de compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar e demais tributos de natureza federal. O saldo remanescente realizar-se-á no prazo de até 3 anos.
9. Provisão para demandas judiciais e administrativas – A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

	2016	2015
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(+/-) Complemento (reversão) de provisão	4.177
(+) Atualização monetária	5.835	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(+/-) Complemento (reversão) de provisão	11.617
(+) Atualização monetária	(205)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(+/-) Complemento (reversão) de provisão	11.815
(+) Atualização monetária	33.227	–

Albato estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

	2016	2015
Depósitos judiciais	22.254	20.560
Tributário	22.254	20.560

• Em 1994, a Brasmotor S.A. interps uma ação judicial (Mandado de Segurança) pleiteando o reconhecimento do expurgo do Plano Verão (fevereiro de 1989), na base de cálculo do IR e da CSL. O pleito na ação é o reconhecimento do referido expurgo inflacionário na alíquota de 70,28% para o mês de fevereiro de 1989, sendo que foi reconhecido o direito, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no percentual de 42,72%. O referido entendimento foi mantido pelo STJ, que negou provimento a recurso da União. Paralelamente a essa ação, foi interposta uma Medida Cautelar Incidental ao Mandado de Segurança para o depósito das quantias em discussão, o que foi feito em 29 de dezembro de 1994 nos valores de R\$2.424 e R\$2.601 a título de IR e CSL, respectivamente, valores esses que correspondem ao efeito do expurgo na alíquota de 70,28%. Tais valores foram inicialmente provisionados pela Companhia e parcialmente revertidos em 2004 com relação aos valores incontroversos, ou seja, diferença para o percentual de 42,72% já ganho. Portanto, ainda encontra-se provisionado um residual em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$22.254 (R\$11.617 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrado no quadro acima, para o qual existe depósito judicial equivalente. Adicionalmente às provisões já constituídas, a Companhia possui demandas judiciais comerciais em andamento, cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$14.902 em 31 de dezembro de 2016 (R\$7 em 31 de dezembro de 2015).

10. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 286.444,410 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 98.606,004 em ações ordinárias e 187.838,406 em ações preferenciais. b) Reservas de lucros: i) Reserva legal – constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado. ii) Retenção de lucros – corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço do capital circulante. c) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão: Referem-se aos efeitos reflexos sobre os ajustes de outros resultados abrangentes contidos no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A.. d) Juros sobre o capital próprio e dividendos: A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios por ação como segue:

	2016	2015
Dividendos distribuídos por ação	0,10842	0,11926
Ações ordinárias	–	–
Ações preferenciais	–	–
O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:		
2016	2015	
Lucro líquido do exercício	132.362	129.681
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	33.091	32.420
Dividendos propostos	10.691	10.474
Dividendos propostos para as ações ordinárias (RS)	22.402	21.947
Dividendos propostos para as ações preferenciais (RS)	33.093	32.421
Total de dividendos distribuídos	33.093	32.421
Quantidade de ações	98.606.004	98.606.004
Ações ordinárias	187.838.406	187.838.406
Ações preferenciais	286.444.410	286.444.410
Dividendos propostos por ação	0,10842	0,10622
Ações ordinárias	–	–
Ações preferenciais	0,11926	0,11684

A movimentação dos dividendos é como segue:
Saldos em 1º de janeiro de 2015
(+) Distribuição de dividendos do exercício
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos
(-) Pagamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2015
(+) Dividendos propostos do exercício
(-) Pagamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2016
e) Lucro por ação: Básico e diluído: O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em ações em tesouraria. Em 2016 e 2015 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2016	2015
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	132.362	129.681
Média ponderada de ações (em milhares)	286.444	286.444
Lucro básico por ação	0,46	0,45
11. Receitas financeiras	2016	2015
Atualização monetária	1.811	8.963
Receitas de juros	2.635	2.493
Total	4.446	11.456

12. Evento subsequente – Em 18 de janeiro de 2017 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar a respeito do resgate compulsório das ações remanescentes que não foram adquiridas no Leilão ou durante o período superveniente, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O preço do resgate foi equivalente ao preço por ação pago no Leilão, ajustado pela Taxa SELIC desde a data de liquidação da OPA até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, que ocorreu em 31 de janeiro de 2017.

ativo não for realizado, sendo reclassificados para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. Passivos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros débitos nessa categoria.

2.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016: As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016: Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Essa listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 48/IFRS 9: Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no	

Brasmotor S.A.

CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20 – NIRE 35.300.026.667 – Companhia Aberta
Av. das Nações Unidas nº 12.995 – 32º andar – São Paulo-SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR

Thiago Agda de Sousa – CRC 1SP 262.813/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da **Brasmotor S.A.**
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Brasmotor S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasmotor S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datado em 18 de fevereiro de 2016, sem qualquer modificação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

 **Ernst & Young**
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

Julio Braga Pinto
Contador
CRC 1SP 209.957/O-2